

Primeira conciliação

Reitoria tenta reduzir discussão a números, mas má gestão e política autoritária transparecem no debate

A primeira audiência de conciliação entre a Reitoria da Unesp e o Sintunesp, na sede do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), aconteceu nesta quarta-feira, 16/11, e durou cerca de 1h30. Atendendo ao chamado do Sintunesp, várias unidades paralisaram as atividades neste dia.

A reunião foi marcada por uma longa argumentação de ambas as partes, mas não resultou em nenhuma proposta objetiva. Nova audiência foi designada para 16/12/2016, às 15h.

A seguir, vamos mostrar um pouco do que foi falado, pois isso ajuda a formar uma opinião mais sólida sobre os fatos. Relembrando: esta conciliação foi a primeira iniciativa concreta do Tribunal após o Sindicato ter judicializado o dissídio coletivo 2016, seguindo decisão da Assembleia Geral da categoria, realizada em 22/9, que indicou a via judicial caso não prosperassem as negociações com a Reitoria da Unesp sobre a data-base deste ano. Na ação, os advogados do Sintunesp enfatizam que a Unesp foi a única das três estaduais paulistas a não conceder reajuste nesta data-base, nem mesmo os míseros 3% aplicados na Unicamp e na USP.

A Reitoria estava representada por seu chefe de gabinete, Prof. Roberval Vieira, pelo assessor econômico Rogério Buccelli e pelos advogados Paulo César Ferreira e Edson Cesar dos Santos Cabral. Pelo Sintunesp, além do advogado José Francisco Martins, estavam os diretores Alberto de Souza, João Carlos Camargo de Oliveira, Cláudio Roberto Ferreira Martins, Jorge Cerigatto, Wagner Alexandre, Antônio Carlos Homem e Valtenir José Ferreira de Souza. A sessão foi presidida pelo desembargador Ademir de Carvalho Benedito, vice-presidente do TJSP, assessorado por dois juizes assistentes e com a presença da promotora Beatriz Lopes de Oliveira, representante do Ministério Público.



A audiência foi realizada no Palácio da Justiça, sede do TJSP, na Praça da Sé, em São Paulo

Roteiro conhecido

Quase toda a argumentação da Reitoria foi conduzida por Buccelli, deixando no ar a sensação de que a Universidade está reduzida a números – sem sempre claros e convincentes – e que seus dirigentes desconhecem o que pode ser uma gestão democrática e alicerçada no debate político de prioridades e objetivos.

Em suas várias intervenções, Buccelli relatou as dificuldades financeiras da instituição, e disse que o grande esforço hoje é para manter salários e 13º em dia, descartando medidas como as adotadas na USP, caso do incentivo às demissões voluntárias. Ressaltou, também, a “responsabilidade” do atual reitor, em fim de mandato, de deixar em caixa um mínimo de R\$ 200 milhões para seu sucessor, referentes aos ‘restos a pagar’ e ao 13º. Destacou o fato de que as atuais reservas da Universidade foram acumuladas nos anos em que não havia crise econômica, quando o comprometimento com salários não passava de 75% do orçamento, citando como exemplo os anos de



2010 e 2011. Agora, disse Buccelli, o comprometimento é de 100% de tudo o que a Universidade recebe a título de repasse do ICMS.

Os representantes do Sindicato questionaram os números apresentados. Não é verdade que o comprometimento com salários tenha sido de 75% nos anos 2010 e 2011. Uma análise das planilhas do Cruesp daquele período aponta o seguinte: o comprometimento acumulado do orçamento com os salários na Unesp foi de 84,89% em 2011 e de 88,93% em 2012.

Os sindicalistas também informaram os juízes e a promotora de que, após análise dos dados constantes no SIAFEM (Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios), constatou-se que o item 'Recursos próprios' já acumula um montante de R\$ 329 milhões, embora a previsão de arrecadação fosse de R\$ 208 milhões. Citaram, ainda, o valor do item 'Fundo de investimentos', de R\$ 132 milhões, relativo aos rendimentos obtidos em aplicações. Para obter um rendimento dessa monta, o montante aplicado precisaria estar na ordem de R\$ 1 bilhão!

Buccelli contestou esta afirmação, alegando que os R\$ 132 milhões são um rendimento acumulado de "vários anos".

Para além dos números

A questão se resume à análise pura e simples dos números atuais?

Os dirigentes do Sindicato procuraram mostrar que não: "Durante os anos de vacas gordas, a Unesp usou mal o seu dinheiro. Fomos ao exterior vender a imagem de uma Universidade forte e pujante, que cresce e cria novos cursos, como a recente Engenharia Aeronáutica, mas não dissemos lá fora que a instituição não repõe sequer a inflação nos salários de seus servidores docentes e técnico-administrativos, que precariza as condições de trabalho ao suspender carreiras e contratações."

Os representantes dos servidores também rechaçaram a "grande vantagem" que seria a não existência de um plano de demissões voluntárias na Unesp. "Ou será que quase três anos sem contratar não tem igual ou maior impacto sobre a vida da Universidade?"

Eles lembraram que já houve várias propostas de economia de custos, como o extenso estudo feito pelo Grupo de Trabalho Gestão Administrativa, montado pelo CADE. Em seu relatório final, apresentado na reunião do CADE de novembro de 2015, o GT expôs um conjunto



de propostas relacionadas à estruturação da Universidade, que foram engavetadas pela Reitoria. "A única política de economia que apresentam é cortar carreira, arrochar salários e ameaçar benefícios, mas nada de mexer em coisas como diárias corridas e bolsas da Reitoria", exemplificaram os sindicalistas, lembrando ainda da velha e não cumprida promessa de equiparação dos pisos com a USP.

"Se a Universidade se orgulha de seguir honrando os pagamentos aos seus fornecedores, o mesmo não pode dizer sobre a dívida que mantém com seus servidores docentes e técnico-administrativos", frisaram.

O que disse o juiz

O desembargador Ademir de Carvalho Benedito em vários momentos perguntou aos representantes da Unesp se não haveria a possibilidade de apresentar alguma proposta aos servidores. Ele ponderou que a argumentação do Sintunesp, especialmente sobre as possibilidades de economia de custos que foram ignoradas pela administração da Universidade, era relevante.

Os juízes demonstraram preocupação com a forma de administração da Universidade. "Compreendo a apresentação dos números por parte da Universidade, mas é preciso considerar também o aspecto social da questão", disse Dr. Benedito.

Buccelli sugeriu, então, "esperar a consolidação da arrecadação do último trimestre", para depois voltar a conversar com Sintunesp e Adunesp. Neste momento, os dirigentes do Sintunesp informaram ao juiz que a Reitoria já havia se comprometido a fazer isso em setembro, mas sequer se dignou a receber as entidades, encerrando unilateralmente as negociações.

Diante do impasse, o juiz designou nova audiência para 16/12, às 15h. Se não houver acordo novamente, ele instruirá o andamento do processo, que irá para julgamento. A ação tramita no TJSP sob o número 2213839-21.2016.8.26.0000.